Diário Oficial do MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas

Sexta-feira • 27 de Junho de 2025 • Ano XIII • Nº 3272

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Sumário

Atos Administrativos ..... 02 a 36

Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ

Atos Administrativos

PREFEITURA MUNICIPAL
DE LAURO DE FREITAS

DECRETO MUNICIPAL Nº 5.506, DE 27 DE JUNHO DE 2025

Substitui integrantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Lauro de Freitas COMSEA/LF Na forma que indica e dá providências..

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituidos os integrantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Lauro de Freitas – COMSEA/LF, nos seguintes termos:

Representante da Sociedade Civil:

Representando a Associação Casa de Caridade Adolfo Bezerra de Menezes

Titular: Taynara Cerqueira de Barros

Suplente: Maria Vitória Rodrigues de Araújo

Substituidos por:

Titular: Maria Gorete Mansuido Tebet

Suplente: Carolina dos Santos Alexandre

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro de Freitas, 27 de junho de 2025

Débora Régis dos Santos Filha
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

Fausto Pereira Franco
Secretário Municipal Casa Civil

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025

Aos vigésimo sexto dia, do mês de junho do ano de 2025, na **Praça João Thiago dos Santos – S/N – Centro – Lauro de Freitas – BA**, o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA,** por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, neste ato representado pelo Sr. GLAUBER COSTA VILLELA DE MORAES, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 506.834.895-34, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 realizado por meio do processo administrativo nº 07699/2025, homologado e publicado no Boletim Oficial do Município de LAURO DE FREITAS/BA nº 3270, de 25/06/2025, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de mobilidade urbana do Município de Lauro de Freitas, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 e/ou no Termo de Referência.

NOME DA LICITANTE: ARC COMERCIO, CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
DADOS DO REPRESENTANTE: AYRTON CAMANHO JUNIOR
CPF: 306.986.158-08 **RG:** 27707069 - SSP/SP **CARGO:**SÓCIO ADMINSTRADO
CNPJ N° 01.565.706/0001-63 **INSCRIÇÃO ESTADUAL N°** 114.750.328-114
ENDEREÇO/CEP: RUA JÚLIO DE CASTILHOS, Nº 211, CJ 217, BELENZINHO, SÃOPAULO – SP, CEP: 03059-001
TEL / E-MAIL: (11) 2796-4009 R:2007 **E-mail:** licitacao@arcmobilidade.com.br

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	Sinalização Semafórica				
1	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de Controlador Tráfego de 4 fases convencional, com capacidade de atualização para o sistema inteligente adaptativo em tempo real.	und.	04,00	R$ 41.006,00	R$ 164.024,00
2	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de Controlador Tráfego de 6 fases convencional, com capacidade de	und.	06,00	R$ 50.778,45	R$ 304.670,70

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

	atualização para o sistema inteligente adaptativo em tempo real.				
3	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de Controlador de eletrônico de 08 fases convencional, com capacidade de atualização para o sistema inteligente adaptativo em tempo real.	und.	08,00	R$ 64.383,25	R$ 515.066,00
4	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de Controlador de eletrônico de 12 fases convencional, com capacidade de atualização para o sistema inteligente adaptativo em tempo real.	und.	02,00	R$ 76.780,86	R$ 153.561,72
5	Prestação de Serviços para Programação de Controlador Semafórico	und.	20,00	R$ 2.299,40	R$ 45.988,00
6	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento do sistema de comunicação GPRS/3G/4G ou superior por mês por ponto (considerando o de maior confiabilidade).	ponto/mês	240,00	R$ 459,88	R$ 110.371,20
7	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de No-Break Standby (tecnologia interativa) com potência de 500VA, com autonomia de 4 horas com banco de baterias.	und.	20,00	R$ 45.166,96	R$ 903.339,20
8	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de cabo PP 2x1,5mm² para fases semafóricas	m	2.825,00	R$ 29,02	R$ 81.981,50
9	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de cabo PP 2x4mm²	m	2.675,00	R$ 32,95	R$ 88.141,25
10	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de	m	8.200,00	R$ 39,47	R$ 323.654,00

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

	cabo PP 4x1,5mm² para fases semafóricas				
11	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de cabo PP 8x1,5mm² para fases semafóricas	m	6.350,00	R$ 41,38	R$ 262.763,00
12	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de cabo flexível 4mm² verde para interligação terra	m	5.525,00	R$ 29,50	R$ 162.987,50
13	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de conjunto de aterramento para colunas semafóricas.	pç	289,00	R$ 2.491,01	R$ 719.901,89
14	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de cabo de cobre nú para aterramento 10mm²	m	850,00	R$ 22,03	R$ 18.725,50
15	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de caixa de entrada de disjuntor de 25A	pç	20,00	R$ 364,07	R$ 7.281,40
16	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de botoeiras para pedestres	pç	32,00	R$ 766,46	R$ 24.526,72
17	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de botoeira sonora.	pç	16,00	R$ 7.568,86	R$ 121.101,76
18	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de coluna composta	pç	80,00	R$ 6.706,58	R$ 536.526,40
19	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de coluna simples	pç	60,00	R$ 5.058,68	R$ 303.520,80
20	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de braço projetado	pç	80,00	R$ 4.819,16	R$ 385.532,80
21	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de Coluna p/ Nobreak	pç	20,00	R$ 3.247,90	R$ 64.958,00
22	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de	pç	160,00	R$ 3.544,91	R$ 567.185,60

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

	grupo focal pedestre em policarbonato a led NBR15889, inclusive suportes				
23	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de grupo focal pedestre NBR15889 em policarbonato a led com contagem regressiva auxiliar , inclusive suportes	pç	80,00	R$ 4.483,83	R$ 358.706,40
24	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de grupo focal veicular repetidor policarbonato 3 x 200mm a led NBR15889, inclusive suportes	pç	90,00	R$ 4.205,98	R$ 378.538,20
25	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de grupo focal veicular projetado policarbonato a led NBR15889, inclusive Anteparo e suportes	pç	96,00	R$ 5.173,65	R$ 496.670,40
26	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de sinalizador regressivo auxiliar led 5 x100mm vermelho + 5 x 100mm verde para grupo focal veicular policarbonato a led NBR15889, inclusive controlador com interface Anteparo e suportes	pç	38,00	R$ 5.652,69	R$ 214.802,22
27	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de braquete com roldada completo classe pesada	pç	180,00	R$ 162,87	R$ 29.316,60
28	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de kit para emenda semafórica com gel	pç	382,00	R$ 594,01	R$ 226.911,82
29	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de módulo a LED de 200mm verde ou amarelo ou vermelho	pç	120,00	R$ 565,26	R$ 67.831,20
30	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de cobre foco veicular	pç	120,00	R$ 233,77	R$ 28.052,40

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

31	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de cobre foco pedestres	pç	80,00	R$ 205,98	R$ 16.478,40
32	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de luminária LED para Travessia de Pedestres	pç	120,00	R$ 2.778,44	R$ 333.412,80
33	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de câmera vídeo detecção para laços virtuais até 4 faixas	pç	30,00	R$ 25.964,07	R$ 778.922,10
34	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de interface para câmera para laços virtuais até 4 faixas	pç	30,00	R$ 5.920,95	R$ 177.628,50
35	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de interface para câmera para laços virtuais até 1 faixas	pç	06,00	R$ 3.496,04	R$ 20.976,24
36	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de braço projetado para instalação em poste de concreto de rede de concessionária de energia	pç	30,00	R$ 2.634,73	R$ 79.041,90
37	Prestação de Serviço para execução de Rede pelo método destrutivo com abertura de vala	m	170,00	R$ 689,82	R$ 117.269,40
38	Prestação de Serviço para execução de Rede pelo método não destrutivo - MND	m	170,00	R$ 713,77	R$ 121.340,90
39	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de caixas de passagem tipo PI	pç	55,00	R$ 2.720,95	R$ 149.652,25
40	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de coluna base para controlador	pç	33,00	R$ 6.371,25	R$ 210.251,25
41	Prestação de Serviço para implantação com Fornecimento de base de concreto para Coluna Simples ou Composta	pç	85,00	R$ 3.152,09	R$ 267.927,65
	Mobilidade Urbana				

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

42	Prestação de Serviço para Disponibilização do software da Central Semafórica e monitoramento e apoio à fiscalização de trânsito , equipamentos e licenças.	licença x mês	12,00	R$ 66.107,80	R$ 793.293,60
43	Prestação de Serviço para Implantação com fornecimento do Centro de controle semafórico e monitoramento e apoio à fiscalização de trânsito com VideoWall de 4 telas de 55" com 4 estações de trabalho com 2 telas cada, incluindo mobiliário (4 mesas de operação e 4 cadeiras) e toda rede lógica para instalação.	und.	01,00	R$ 708.982,25	R$ 708.982,25
44	Prestação de Serviço para disponibilização de Plataforma Colaborativa de Mobilidade (PCM)	licença x mês	12,00	R$ 86.227,57	R$ 1.034.730,84
45	Prestação de Serviço para disponibilização de Plataforma PSIM (Phisical Security Information Management) para Mobilidade Urbana	licença x mês	12,00	R$ 93.892,24	R$ 1.126.706,88
46	Prestação de Serviço para disponibilização de Telemetria veicular (Total 22 Veiculos).	unidade x mês	264,00	R$ 287,42	R$ 75.878,88
47	Prestação de Serviço para disponibilização de Conjunto completo de Câmera de Vídeo Móvel PTZ incluindo caixa de proteção para equipamentos, coluna 6,00m com braço de 4,70m e licença VMS para visualização de imagens por câmera ativa. (Total 10 câmeras).	unidade x mês	120,00	R$ 3.832,33	R$ 459.879,60
48	Prestação de Serviço para disponibilização de Servidor com Storage para armazenamento das imagens das Câmeras de	unidade x mês	12,00	R$ 16.574,85	R$ 198.898,20

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

	monitoramento PTZ. (1 unidade de servidor).				
49	Prestação de Serviço para disponibilização de Conjunto completo de Câmera Fixa incluindo caixa de proteção para equipamentos, coluna 6,00m com braço de 4,70m.	ponto x mês	636,00	R$ 5.652,69	R$ 3.595.110,84
50	Prestação de Serviço para disponibilização Sistema de Conjunto de Analiticos incluindo Contagem de Veículos, classificação de veiculos e placas com módulo de licença por ponto ativo.	licença x mês	636,00	R$ 996,40	R$ 633.710,40
51	Prestação de Serviço para disponibilização de Servidor com Storage para armazenamento das imagens das Câmeras fixas Conjunto de Analiticos incluindo Contagem de Veículos, classificação de veiculos e placas por ponto ativo.	unidade x mês	24,00	R$ 8.622,75	R$ 206.946,00
52	Prestação de Serviço com disponibilização de Expansão com capacidade de armazenamento para 10TB	unidade x mês	24,00	R$ 4.263,47	R$ 102.323,28
53	Prestação de Serviço com disponibilização de Expansão com capacidade de armazenamento para 20TB	unidade x mês	24,00	R$ 6.917,36	R$ 166.016,64
54	Prestação de Serviço com disponibilização de Expansão com capacidade de armazenamento para 30TB	unidade x mês	24,00	R$ 12.233,77	R$ 293.610,48
55	Prestação de Serviço com disponibilização de Terminal digital portátil.	unidade x mês	480,00	R$ 871,85	R$ 418.488,00
56	Prestação de Serviço com disponibilização de Link de comunicação Lan to Lan	ponto x mês	984,00	R$ 1.005,98	R$ 989.884,32
	Equipes de Monitoramento				

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

57	Coordenador técnico	h/h	250,00	R$ 517,36	R$ 129.340,00
58	Consultor especialista	h/h	250,00	R$ 587,30	R$ 146.825,00
59	Analista senior	h/h	400,00	R$ 331,49	R$ 132.596,00
60	Analista pleno	h/h	450,00	R$ 209,82	R$ 94.419,00
61	Analista junior	h/h	500,00	R$ 142,75	R$ 71.375,00
62	Analista trainee	h/h	500,00	R$ 123,59	R$ 61.795,00
63	Técnico de projetos	h/h	600,00	R$ 119,76	R$ 71.856,00
64	Assistente de projetos	h/h	600,00	R$ 114,01	R$ 68.406,00
65	Estagiário / pesquisador de campo	h/h	900,00	R$ 57,48	R$ 51.732,00
66	Auxiliar de projetos	h/h	1.200,00	R$ 56,52	R$ 67.824,00
67	Auxiliar administrativo	h/h	1.200,00	R$ 52,69	R$ 63.228,00
68	Equipe Técnica composta por: 01 Técnico Eletrônico Pleno, 01 Eletricistas, 01 Auxiliar, 01 Motorista e caminhão com plataforma equipado com Baú Laboratório. Segunda a Sexta	equipe/mês	12,00	R$ 143.712,61	R$ 1.724.551,32
69	Equipe Técnica composta por: 01 Técnico Eletrônico Pleno, 01 Eletricistas, 01 Auxiliar, 01 Motorista e caminhão com plataforma equipado com Baú Laboratório. Para serviços de emergência aos finais de semana.	h/e	864,00	R$ 1.005,98	R$ 869.166,72
70	Prestação de Serviço com Fornecimento de Veículo utilitário Gol ou similar (categoria leve).	und/mês	12,00	R$ 7.856,28	R$ 94.275,36
71	Prestação de Serviço com Fornecimento de Caminhão Munk + Motorista Operador	hora	382,00	R$ 517,36	R$ 197.631,52

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

72	Equipe Padrão de Monitoramento de Tráfego, composta por : 02 Agentes de Monitoramento de Tráfego. Segunda a Sexta das 07:00 as 21:00	equipe/mês	12,00	R$ 34.491,02	R$ 413.892,24
73	Base de Operação	mensal	12,00	R$ 47.904,20	R$ 574.850,40
TOTAL					**R$ 25.577.763,34**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação

Parágrafo Segundo – O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:
a) o número da Ata;
b) a descrição do serviço;
c) o local de entrega e hora;
d) o valor da requisição;
e) as condições de pagamento;
f) as penalidades;
g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1 Disposições gerais:

4.1.1 Ao final da execução da empreitada unitária de cada item, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
Uma unidade será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela a unidade estiverem executados em sua totalidade.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

4.1.2 O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

4.2. Recebimento

4.2.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.2.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.2.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.2.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.2.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.3. Liquidação

4.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.3.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.3.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
4.3.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

4.3.7 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.3.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.3.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.3.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

4.4 Prazo de pagamento

4.4.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.5 Forma de pagamento

4.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.5.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 São condições de execução:

5.1.1 A execução seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1 Início da execução do objeto: 15 dias da emissão da Ordem de Serviço.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

5.1.2 Local e horário da prestação dos serviços

5.1.2.1 Os serviços serão prestados em horário diurno, entre 06:00 e 18:00, no Município de Lauro de Freitas-Bahia, em via indicada na Ordem de Serviço.

5.2 Materiais a serem disponibilizados

5.2.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3 Especificação da garantia do serviço

5.3.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é de 05 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

d) Multa:

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

6.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

6.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

6.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

6.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

6.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

6.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

6.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

6.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

7.2 Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

7.3 Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar–se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
c) convocar os demais prestadores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

7.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.6 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
a) pelo decurso do prazo de vigência;
b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

7.7 O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

7.8 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.9 Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7.10 Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

7.11 O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, juntando–se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, 26 de junho de 2025.

ASSINAM	
AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO **GLAUBER COSTA VILLELA DE MORAES** **Secretário Municipal de Mobilidade** CPF: 506.834.895-34	Glauber Costa Villela de Moraes Secretário Interino SEMOB Matrícula 1209168
PROMITENTE FORNECEDOR: **ARC COMERCIO, CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA** **CNPJ:** 01.565.706/0001-63	AYRTON CAMANHO JUNIOR:30698615808 Assinado de forma digital por AYRTON CAMANHO JUNIOR:30698615808

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025. OBJETO: Registro de Preços visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS. PROMITENTE FORNECEDOR: ARC COMERCIO, CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. VALOR GLOBAL: R$ 25.577.763,34 (vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos). DATA DA ASSINATURA: 26/06/2025. GLAUBER COSTA VILLELA DE MORAES – SECRETÁRIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS – COPEL

Att: Sra. Débora Sales
Agente de Contratação

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2025

Referência: Processo Administrativo 10998/2025 – PE 019/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada, por meio de registro de preços, visando à prestação contínua de serviços comuns e sistêmicos de locação, instalação com adequação completa de instalações elétricas e hidráulicas, suporte, manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em aparelhos de ar-condicionado novos e de primeiro uso, destinados a atender as necessidades dos diversos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Lauro de Freitas/BA

I. BREVE SINTENSE DA IMPUGANAÇÃO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa W. Mendes Assistência Técnica e Locação de Eletrodomésticos LTDA, inscrita no CPNJ n] 00.562.490/0001-10, com sede na Rua Manoel Silvestre Leite, n° 08, Centro, Lauro de Freitas/BA, CEP: 42.703-050, por intermédio de seu representante legal o Sr. Orlando Maia Santos, inscrito no CPF n° 091.783.335-04, apresentou **IMPUGNAÇÃO** aos requisitos do edital do Pregão Eletrônico N° 019/2025.

Em breve síntese, a impugnante questiona a legalidade de exigências constantes do edital, notadamente:

a) A exigência, prevista no item 4.3, de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica comprovando experiência anterior na execução de serviços de manutenção de sistemas de climatização com capacidade mínima de 500TR, incluindo operações de recolhimento e descarte de fluidos refrigerantes em conformidade com a Portaria MMA n° 462/2009; E
b) A exigência de apresentação de documentação técnica, incluindo literatura especializada, para fins de demonstração da viabilidade técnica e funcional do hardware ofertado.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS

II. DA ANÁLISE DO MÉRITO

A impugnação não merece acolhimento, pelos fundamentos técnicos e jurídicos que seguem.

a) Da legalidade da exigência de capacidade técnica específica (item 4.3)

Em atenção à impugnação apresentada, e após análise técnica da questão, a Administração decidiu acolhê-la parcialmente para ajustar o item 4.3 do edital, excluindo a exigência de comprovação de experiência com sistemas de climatização com capacidade mínima de 500TR e o manuseio de fluidos refrigerantes. Assim, o referido item passa a ter a seguinte redação:

> **"4.3. A contratada deverá comprovar, mediante atestado(s) de capacidade técnica, experiência na execução de serviços de manutenção de sistemas de climatização."**

A nova redação do item 4.3 mantém-se em conformidade com o disposto no art. 67, inciso II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que permite a exigência de comprovação de aptidão técnica mediante apresentação de atestados de execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação:

> Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:
> (...)
> II - **certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;**

A nova redação mantém a compatibilidade entre a qualificação exigida e o objeto contratual, assegurando que apenas empresas com experiência concreta na prestação de serviços de manutenção em sistemas de climatização possam ser contratadas, o que se mostra necessário para garantir a correta execução contratual, mitigando riscos operacionais, técnicos e econômicos.

A flexibilização introduzida atende ao princípio da competitividade previsto no art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021, sem descurar do princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 11, I) e da necessidade de assegurar a prestação adequada do serviço. Trata-se, pois, de solução ponderada e juridicamente equilibrada, que promove um ambiente concorrencial mais inclusivo, sem comprometer o interesse público.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS

Cumpre observar que a exigência de atestados de capacidade técnica, mesmo sem delimitação por tonelagem ou tipo específico de fluido refrigerante, já constitui instrumento hábil para assegurar que a futura contratada tenha domínio das atividades típicas de manutenção de sistemas de climatização, respeitando o disposto no art. 67, II, da nova Lei de Licitações.

Por fim, salienta-se que eventuais exigências ambientais específicas, como o correto descarte de fluidos refrigerantes ou a observância de diretrizes normativas, como a Portaria MMA nº 462/2009, serão tratadas no momento da execução contratual, conforme previsão expressa nas cláusulas do instrumento contratual, não sendo objeto da fase de habilitação técnica.

Em síntese, a redação revisada do item 4.3 garante a legalidade, razoabilidade, isonomia e proporcionalidade da exigência editalícia, mantendo a necessária vinculação entre a qualificação técnica e o objeto da licitação, sem incorrer em excessos restritivos ou ônus desnecessários às licitantes.

b) Da exigência de documentação técnica e artigos especializados quanto ao hardware ofertado

A impugnação apresentada questiona a legalidade da exigência de apresentação de artigos técnicos da literatura especializada ou documentação técnica como forma de demonstração da qualificação técnica do produto ofertado. No entanto, o questionamento não merece acolhida.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o objeto em análise não se refere à contratação de serviços, mas sim à aquisição de equipamentos (hardware com sistema de automação embarcada) voltados à eficiência energética de sistemas de climatização, cuja complexidade tecnológica exige critérios mínimos de avaliação técnica para assegurar a compatibilidade, funcionalidade e a inovação tecnológica dos produtos fornecidos.

Diante disso, a exigência de apresentação de documentação técnica que comprove a aderência do equipamento ofertado às funcionalidades descritas no Termo de Referência, tais como sensores embarcados, conectividade via aplicativo, integração com API, controle remoto via cortina de luz, armazenamento em nuvem, geração de gráficos e agendamentos automáticos, não configura restrição à competitividade, mas sim medida necessária à verificação da veracidade e viabilidade das soluções propostas, nos termos do art. 17, I, §3º da Lei nº 14.133/2021:

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS

> Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
> I - preparatória;
> § 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

O dispositivo acima citado legitima, inclusive, a exigência expressa de prova de conceito (POC), prevista no próprio edital, como forma de aferição prática da solução ofertada, razão pela qual a exigência de documentação técnica que antecipe ou complemente essa verificação objetiva (como manuais, catálogos técnicos, fichas de especificação e, quando aplicável, artigos especializados), mostra-se proporcional, razoável e absolutamente alinhada com os princípios da eficiência, isonomia e julgamento objetivo.

Trata-se, portanto, de exigência voltada não à qualificação técnica da empresa licitante, mas sim à validação técnica do bem a ser fornecido, conforme descrito no item licitado. Dada a natureza inovadora e tecnológica do produto, que envolve funcionalidades sofisticadas de controle automatizado, sensoriamento, integração em nuvem e interoperabilidade por API, é essencial que a Administração possa verificar, de forma inequívoca, a existência e viabilidade das funcionalidades declaradas, evitando o risco de aquisição de equipamentos que não atendam adequadamente às necessidades operacionais do Município.

Portanto, a exigência é objetiva, proporcional, isonômica e compatível com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, além de ser essencial para a transparência e a segurança técnica do certame.

III. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Secretaria decide **CONHECER DA IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa W. Mendes Assistência Técnica e Locação de Eletrodomésticos LTDA. e, no mérito, opinar pelo seu **DEFERIMENTO PARCIAL**, tendo em vista que, embora não se verifiquem vícios de legalidade nas exigências originalmente formuladas, entendeu-se pela conveniência administrativa de promover ajustes redacionais no item 4.3 do edital, com vistas a ampliar a competitividade do certame, sem prejuízo da qualificação técnica necessária para a execução contratual.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS

Assim, a **IMPUGNAÇÃO DEVE SER PARCIALMENTE ACOLHIDA**, permanecendo hígidas as demais cláusulas do instrumento convocatório.

Lauro de Freitas/BA, 26 de junho de 2025.

Ialli Fair Sousa
Coordenadora de Compras

Ialli Fair
Coordenador de Compras
Mat. 125266
PMLF / SECAD

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

PC JOAO THIAGO DOS SANTOS, SN - CENTRO
Lauro de Freitas - BA
C.N.P.J.: 13.927.819/0001-40

JUNHO/2025

DECRETO FINANCEIRO 164/2025

ALTERAÇÃO DO QDD no valor de 131.700,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL E SETECENTOS REAIS) e dá outras providências.

O(A) Prefeito(a) Municipal de LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 2109 / 2024,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa, aprovado pelo(a) decreto correspondente a Programação das Despesas das Secretarias Municipais e dos Órgãos diretamente subordinados ao Prefeito(a), conforme detalhamento abaixo:

0100	**GABINETE DA PREFEITA**	
2070	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CERIMONIAL	
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
	Soma da Ação:	**100.000,00**
	Soma da Unidade:	**100.000,00**
0300	**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**	
2021	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
33903600 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
	Soma da Ação:	**10.000,00**
	Soma da Unidade:	**10.000,00**
0600	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
2638	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	
33903600 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
	Soma da Ação:	**20.000,00**
	Soma da Unidade:	**20.000,00**
2301	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**	
2343	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE SAÚDE	
33903600 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.700,00
	Soma da Ação:	**1.700,00**
	Soma da Unidade:	**1.700,00**
	Total Geral:	**131.700,00**

Art. 2º - Os recursos para atender as adições previstas no artigo 1º decorrem de reduções das seguintes dotações orçamentárias:

0100	**GABINETE DA PREFEITA**	
2070	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CERIMONIAL	
33903000 - 1.500	Material de Consumo	100.000,00
	Soma da Ação:	**100.000,00**
	Soma da Unidade:	**100.000,00**
0300	**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**	
2021	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
	Soma da Ação:	**10.000,00**
	Soma da Unidade:	**10.000,00**
0600	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
2638	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	
33904900 - 1.500	Auxílio-transporte	20.000,00
	Soma da Ação:	**20.000,00**
	Soma da Unidade:	**20.000,00**
2301	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**	
2343	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE SAÚDE	
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.700,00
	Soma da Ação:	**1.700,00**
	Soma da Unidade:	**1.700,00**
	Total Geral:	**131.700,00**

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

PC JOAO THIAGO DOS SANTOS, SN - CENTRO
Lauro de Freitas - BA
C.N.P.J.: 13.927.819/0001-40

JUNHO/2025

DECRETO FINANCEIRO 164/2025

Art. 3º - Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Lauro De Freitas, Estado Da Bahia 27 de junho de 2025.

DEBORA REGIS DOS SANTOS FILHA
PREFEITA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

PC JOAO THIAGO DOS SANTOS, SN - CENTRO
Lauro de Freitas - BA
C.N.P.J.: 13.927.819/0001-40 **JUNHO/2025**

DECRETO FINANCEIRO 165/2025

Abre CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de 382.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E DOIS MIL REAIS) e dá outras providências.

O(A) Prefeito(a) Municipal de LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 2129 / 2024,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO SUPLEMENTAR, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

0100	**GABINETE DA PREFEITA**		
2070	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CERIMONIAL		
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		100.000,00
		Soma da Ação:	**100.000,00**
		Soma da Unidade:	**100.000,00**
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
2638	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS		
33904900 - 1.500	Auxílio-transporte		50.000,00
		Soma da Ação:	**50.000,00**
		Soma da Unidade:	**50.000,00**
1201	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**		
2181	GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA		
31900400 - 1.660	Contratação Por Tempo Determinado		60.000,00
		Soma da Ação:	**60.000,00**
		Soma da Unidade:	**60.000,00**
1900	**SECRETARIA MUN. DE PLANEJ, DESENV.URBANO SUSTENTÁVEL E ORDENAMENTO DO USO DO SOLO**		
2041	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
33904000 - 1.500	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		152.000,00
		Soma da Ação:	**152.000,00**
		Soma da Unidade:	**152.000,00**
2301	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**		
2343	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE SAÚDE		
33904600 - 1.500	Auxílio-alimentação		20.000,00
		Soma da Ação:	**20.000,00**
		Soma da Unidade:	**20.000,00**
		Total Geral:	**382.000,00**

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, paragrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

0100	**GABINETE DA PREFEITA**		
2020	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVOS		
33903900 - 1.500	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		100.000,00
		Soma da Ação:	**100.000,00**
		Soma da Unidade:	**100.000,00**
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
2638	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS		
31900400 - 1.500	Contratação Por Tempo Determinado		50.000,00
		Soma da Ação:	**50.000,00**
		Soma da Unidade:	**50.000,00**
1201	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**		
2013	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
31900400 - 1.660	Contratação Por Tempo Determinado		60.000,00
		Soma da Ação:	**60.000,00**
		Soma da Unidade:	**60.000,00**
1900	**SECRETARIA MUN. DE PLANEJ, DESENV.URBANO SUSTENTÁVEL E ORDENAMENTO DO USO DO SOLO**		
2638	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS		
31900400 - 1.500	Contratação Por Tempo Determinado		152.000,00
		Soma da Ação:	**152.000,00**
		Soma da Unidade:	**152.000,00**

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

PC JOAO THIAGO DOS SANTOS, SN - CENTRO
Lauro de Freitas - BA
C.N.P.J.: 13.927.819/0001-40

JUNHO/2025

DECRETO FINANCEIRO 165/2025

2301	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**	
2359	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO EM SAÚDE ESPECIALIZADA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
33904600 - 1.500	Auxílio-alimentação	20.000,00
	Soma da Ação:	**20.000,00**
	Soma da Unidade:	**20.000,00**
	Total Geral:	**382.000,00**

Art. 3º - Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.
Município de Lauro De Freitas, Estado Da Bahia 27 de junho de 2025.

DEBORA REGIS DOS SANTOS FILHA
PREFEITA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTKXM0Y5NDAYNJZGNTVFNZ
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE LAURO DE FREITAS

PORTARIA GAPRE Nº 57, DE 27 DE JUNHO DE 2025

Designa servidora como Fiscal de Contratos do Gabinete da Prefeita do município de Lauro de Freitas, na forma que indica e dá outras providências.

A PREFEITA DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Maraiza de Sá Santos, matrícula funcional nº 124619-0, como Fiscal de Contratos da empresa LOCTOLDOS LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 22.381.056/0001-76, contrato n° 046/2025 do Gabinete da Prefeita do município de Lauro de Freitas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro de Freitas-BA, 27 de Junho de 2025.

Débora Regis dos Santos Filha
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fausto Pereira Franco
Secretário - Chefe da Casa Civil

PREFEITURA MUNICIPAL
DE LAURO DE FREITAS

PORTARIA SECAD Nº 52, DE 27 DE JUNHO DE 2025

Instaura sindicância investigativa para apuração de supostas irregularidades na execução contratual, que deram causa a necessidade de pagamento indenizado a W MENDES ASSISTENCIA TÉCNICA E LOCAÇÃO DE ELETRODOMESTICOS LTDA.

O Secretário Municipal de Administração do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO CI nº 014 de 2025 do Setor de Contratos e despacho da Procuradoria Geral do Município (PGM) que solicitam a instauração de sindicância, com fito de apurar eventuais circunstâncias e responsabilidades que deram causa a prestação de serviço com ausente cobertura contratual, ensejando o pagamento indenizado à fornecedor.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura sindicância administrativa, processo eletrônico EPAD nº 99946002008202564, com fito de apurar os fatos narrados no expediente nº 014 de 2025 /COCOMP- SECAD atinente a supostas irregularidades na execução contratual, que deram causa a necessidade de pagamento indenizado a W MENDES ASSISTENCIA TECNICA E LOCAÇÃO DE ELETRODOMESTICOS LTDA., composta pelos seguintes membros.

a) Marcelo José Santana da Costa, corregedor
b) Mirian Silva Santos de Santana, membro titular
c) Juliane Jade Castro, membro titular

Art. 2º A comissão terá prazo de 30 dias prorrogáveis de oficio, para conclusão dos trabalhos.

Lauro de Freitas, 27 de junho de 2025

Tassio Lima Muniz Azevedo
Secretário Municipal de Administração

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

Fausto Pereira Franco
Secretário- Chefe da Casa Civil

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025

À vista dos documentos contidos nos autos e nos termos da art. 74, Inciso V, da Lei 14.133/21, declaro o INEXIGÍVEL o procedimento licitatório para a realização da despesa abaixo especificada, homologado e adjudicado o presente ato. **Processo:** 13290/2025. **Credor:** A C L RIBEIRO PUBLICIDADE E ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 21.102.463/0001-34. **Valor:** R$ 73.000,00 (setenta e três mil reais). **Dotação:** 11.1101.13.392.0022.2315.339039.17010000. **Objeto:** Contratação da Empresa A C L RIBEIRO PUBLICIDADE E ENTRETEIMENTO LTDA, CNPJ: 21.102.463/0001-34, representante da BANDA LAÇOS DO FORRÓ para apresentação no evento "PEDRÃO DE LAURO", no dia 29 de junho de 2025, às 20 horas, com duração de 120 minutos, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local, fortalecer a tradição junina e fomentar a preservação dos valores populares de nossa cidade. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2025

CONTRATADA: A C L RIBEIRO PUBLICIDADE E ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 21.102.463/0001-34. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS. **Processo Administrativo:** 13290/2025. **Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação nº 016/2025, art. 74, Inciso V, da Lei 14.133/21. **Objeto do Contrato:** Contratação da Empresa A C L RIBEIRO PUBLICIDADE E ENTRETEIMENTO LTDA, CNPJ: 21.102.463/0001-34, representante da BANDA LAÇOS DO FORRÓ para apresentação no evento "PEDRÃO DE LAURO", no dia 29 de junho de 2025, ás 20 horas, com duração de 120 minutos, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local, fortalecer a tradição junina e fomentar a preservação dos valores populares de nossa cidade. **Dotação Orçamentária:** 11.1101.13.392.0022.2315.339039.17010000. **Valor:** R$ 73.000,00 (setenta e três mil reais). **Prazo de vigência:** O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua assinatura. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025

À vista dos documentos contidos nos autos e nos termos da art. 74, Inciso V, da Lei 14.133/21, declaro o INEXIGÍVEL o procedimento licitatório para a realização da despesa abaixo especificada, homologado e adjudicado o presente ato. **Processo:** 13891/2025. **Credor:** BEM QUERER EVENTOS E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA**,** CNPJ nº 14.778.157/0001-57. **Valor:** R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). **Dotação:** 11.1101.13.392.0022.2315.339039.15000000. **Objeto:** Contratação da Empresa BEM QUERER EVENTOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 14.778.157/0001-57, representante da banda/cantor XANDDY HARMONIA para apresentação no evento "PEDRÃO DE LAURO", no dia 29 de junho de 2025 às 23:30h, com duração de 90 minutos, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local, fortalecer a tradição junina e fomentar a preservação dos valores populares de nossa cidade. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2025

CONTRATADA: BEM QUERER EVENTOS E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA**,** CNPJ nº 14.778.157/0001-57. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS. **Processo Administrativo:** 13891/2025. **Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação nº 017/2025, art. 74, Inciso V, da Lei 14.133/21. **Objeto do Contrato:** Contratação da Empresa BEM QUERER EVENTOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 14.778.157/0001-57, representante da banda/cantor XANDDY HARMONIA para apresentação no evento "PEDRÃO DE LAURO", no dia 29 de junho de 2025 às 23:30h, com duração de 90 minutos, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local, fortalecer a tradição junina e fomentar a preservação dos valores populares de nossa cidade. **Dotação Orçamentária:** 11.1101.13.392.0022.2315.339039.15000000. **Valor:** R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). **Prazo de vigência:** O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua assinatura. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

À vista dos documentos contidos nos autos e nos termos da art. 74, Inciso V, da Lei 14.133/21, declaro o INEXIGÍVEL o procedimento licitatório para a realização da despesa abaixo especificada, homologado e adjudicado o presente ato. **Processo:** 13808/2025. **Credor:** ELÉTRICO EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA**,** CNPJ nº 10.701.364/0001-52. **Valor:** R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais). **Dotação:** 11.1101.13.392.0022.2315.339039.15000000. **Objeto:** Contratação da Empresa ELÉTRICO EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA, CNPJ: 10.701.364/0001-52, representante do cantor TONY SALLES para apresentação no evento "PEDRÃO DE LAURO", no dia 28 de junho de 2025 às 01:00h (na madrugada do dia 29 de junho de 2025), com duração de 90 minutos, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local, fortalecer a tradição junina e fomentar a preservação dos valores populares de nossa cidade. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2025

CONTRATADA: ELÉTRICO EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA**,** CNPJ nº 10.701.364/0001-52. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS. **Processo Administrativo:** 13808/2025. **Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação nº 018/2025, art. 74, Inciso V, da Lei 14.133/21. **Objeto do Contrato:** Contratação da Empresa ELÉTRICO EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA, CNPJ: 10.701.364/0001-52, representante do cantor TONY SALLES para apresentação no evento "PEDRÃO DE LAURO", no dia 28 de junho de 2025 às 01:00h (na madrugada do dia 29 de junho de 2025), com duração de 90 minutos, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local, fortalecer a tradição junina e fomentar a preservação dos valores populares de nossa cidade. **Dotação Orçamentária:** 11.1101.13.392.0022.2315.339039.15000000. **Valor:** R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais). **Prazo de vigência:** O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua assinatura. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

EXTRATO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 019/2025

À vista dos documentos contidos nos autos e nos termos da art. 74, Inciso V, da Lei 14.133/21, declaro o INEXIGÍVEL o procedimento licitatório para a realização da despesa abaixo especificada, homologado e adjudicado o presente ato. **Processo:** 13865/2025. **Credor:** FRASAN COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA**,** CNPJ nº 07.576.901/0001-75. **Valor:** R$ 100.000,00 (cem mil reais). **Dotação:** 11.1101.13.392.0022.2315.339039.15000000. **Objeto:** Contratação da Empresa FRASAN COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ: 07.576.901/0001-75, representante da cantora JEANNE LIMA para apresentação no evento "PEDRÃO DE LAURO", no dia 28 de junho de 2025 às 02:30h (madrugada do dia 29 de junho de 2025) com duração de 90 minutos, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local, fortalecer a tradição junina e fomentar a preservação dos valores populares de nossa cidade. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2025

CONTRATADA: FRASAN COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA**,** CNPJ nº 07.576.901/0001-75. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS. **Processo Administrativo:** 13865/2025. **Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação nº 019/2025, art. 74, Inciso V, da Lei 14.133/21. **Objeto do Contrato:** Contratação da Empresa FRASAN COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ: 07.576.901/0001-75, representante da cantora JEANNE LIMA para apresentação no evento "PEDRÃO DE LAURO", no dia 28 de junho de 2025 às 02:30h (madrugada do dia 29 de junho de 2025) com duração de 90 minutos, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local, fortalecer a tradição junina e fomentar a preservação dos valores populares de nossa cidade. **Dotação Orçamentária:** 11.1101.13.392.0022.2315.339039.15000000. **Valor:** R$ 100.000,00 (cem mil reais). **Prazo de vigência:** O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua assinatura. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2025

CONTRATADA: C. A. TEIXEIRA SONORIZACAO LTDA, CNPJ sob o nº 19.193.801/0001-49. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS. **Processo Administrativo:** 13504/2025. **Modalidade:** Adesão à Ata de registro de preços nº 025/2024, oriunda do Pregão eletrônico n.º 023/2024 do Município de São Francisco do Conde /BA. **Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sonorização, iluminação cênica, à fim de atender às necessidades do calendário oficial de eventos do Município de Lauro de Freitas. **Dotação Orçamentária:** 01.0100.2070.33903900.15000000. **Valor:** R$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais). **Prazo de vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. **Data da Assinatura:** 27 de junho de 2025. Maria de Fátima de Souza Barbosa – Secretaria Chefe.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE LAURO DE FREITAS

DECRETO S/Nº, DE 27 DE JUNHO DE 2025.

A Prefeita de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ANTONIO SOUTO ADERNE no cargo em comissão CDG1, na estrutura da CASA CIVIL, no âmbito da Administração Pública Municipal,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 03 de julho de 2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro de Freitas, 27 de junho de 2025.

Débora Regis dos Santos Filha

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

Fausto Pereira Franco

Secretária Chefe da Casa Civil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO UNILATERAL DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Nos termos do art. 124, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, fica alterada a Cláusula Sexta – Das Obrigações do Contratado dos Contratos de nºs **054/2025, 055/2025, 056/2025, 057/2025, 058/2025, 059/2025 e 060/2025**, para incluir a seguinte redação: ***"6.8.*** *É vedada a execução de músicas que contenham teor sexual explícito, apologia a crimes de qualquer natureza e incentivo ao uso de drogas ilícitas, conforme Lei Municipal nº 2.125/2024.* ***6.8.1.*** *Na hipótese de descumprimento por parte do contratado, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato."*. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições dos contratos citados. Data: 27 de junho de 2025. José Mateus Reis Santos Bulhões – Secretário Municipal.